



Alexandra Manes*

As falsas promessas

Desde tenra idade que tenho por hábito ler jornais. Inicialmente as tiragens em papel dos periódicos da nossa região, dificilmente chegavam às Flores, a não ser o saudoso “Telégrafo” que, devido às condições atmosféricas adversas, chegavam com duas ou mais semanas de atraso. Nas Flores tínhamos o jornal “As Flores”, tendo mais tarde surgido “O Monchique”. Ambos se mantiveram durante os anos em que a persistência falou mais alto. Hoje, infelizmente, não há nenhum.

Voltando à frase inicial, desde tenra idade que tenho por hábito ler jornais e foi este hábito que permitiu com que me cruzasse com uma entrevista do atual Presidente da Câmara Municipal da Horta, na qual tece algumas críticas à atuação do Governo Regional relativamente ao Faial. Neste caso, Carlos Ferreira revelava a sua insatisfação relativa à falta de apoio, por parte do Governo Regional, à regata Les Sables -Açores-Les Sables, que este ano registou um número recorde de participantes, tendo sido a maior, até hoje, a envolver os Açores.

De facto, é de lamentar que um Governo Regional que não mede despesas em idas ao estrangeiro, para captura, e bem, de novos nichos, não perceba o potencial que esta regata tem para a nossa região, quando no seu manifesto eleitoral, o PSD, afirmava a consolidação da Horta como Capital do Mar.

As críticas de Carlos Ferreira e as recentes respostas aos requerimentos do BE relativos a projetos para as obras prometidas na Graciosa e porto comercial da Praia da Vitória, (ou seja, a cada requerimento que se faz, a resposta leva-nos para “está a ser estudado”, “em breve será contratualizado o projeto”) levam-me a confirmar que este governo, em quase dois anos de governação, age numa lógica de falta de critérios e de atuação cirúrgica, mas sem os investimentos prometidos.

Afinal, o que foi feito de estruturante no Faial? O que fez o Governo Regional relativamente à ampliação do aeroporto? Anunciou o apoio no pagamento de 40% do projeto. Utilizou da reivindicação junto da ANA Vinci e do Governo da República? E a instalação do Observatório do

Atlântico, no Faial? Exigiu? Ou foram só verbos de ação para os manifestos eleitorais?

A Escola do Mar? Era para ser potenciada como centro de formação para as profissões ligadas ao mar, no entanto, a primeira coisa que se associa a esta escola é a forma atribulada como este governo lidou com a mesma, fazendo cair a sua direção, como se de uma brincadeira de escola se tratasse.

Eas Termas do Varadouro continuam lá. No Varadouro. As obras de requalificação que foram durante anos alvo de requerimentos, de proposta em orçamento, para quando?

E a zona de varagem com infraestruturas adequadas para a manutenção e reparação naval, de forma a servir de zona de invernagem? Quando terá o “carimbo” da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas?

Já se conhece o relatório do LNEC relativamente às obras no Porto da Horta. Que fará o Governo Regional? Cumprirá o que prometeu e tanto criticou no passado?

De facto, e verificando os manifestos eleitorais, percebe-se que de estruturante para o desenvolvimento sócio económico da nossa região, nada tem sido feito. Foi a Covid 19, a guerra e, agora, a inflação a servir de desculpa para a luta inglória de Bolieiro que se vê obrigado a responder aos ímpetos dos seus parceiros, que têm feito com que alguns responsáveis por secretarias bebam o tal “copo de água até ao fim”, como o caso recente de Clélio Meneses ter de dar “Ámen” ao Conselho de Administração do HDES depois de mais uma das suas decisões ditatoriais.

No fim de contas, já percebemos que os investimentos necessários a estas 9 ilhas servirão de campanha para as próximas eleições. Serviram em 2020 e servirão em 2024.

* Deputada na ALRAA pelo BE

IL quer “endividamento zero” para 2023

O deputado único da Iniciativa Liberal (IL) no Pparlamento açoriano apresentou o “endividamento zero” para 2023 e a privatização da Azores Airlines como “linhas vermelhas” que “não podem ser ultrapassadas”.

Em declarações aos jornalistas após uma reunião com o líder do Executivo açoriano, na sede da Presidência, em Ponta Delgada, Nuno Barata, que tem um acordo de incidência parlamentar com o PSD, alertou que as “linhas vermelhas” referidas não representam “chantagem”, mas reconheceu que o voto “depende do orçamento”, quando questionado sobre está dependente de ter endividamento zero.

O Presidente do Governo dos Açores (PSD/CDS-PP/PPM), o social-democrata José Manuel Bolieiro, recebeu os partidos políticos a propósito da elaboração das antepropostas de Plano e Orçamento para 2023, que devem ser discutidos em novembro na Assembleia Regional.

O Orçamento Regional dos Açores para 2022, de cerca de dois mil milhões de euros (800 milhões dos quais destinados ao investimento) começou por ter uma proposta de endividamento no valor de 295 milhões de euros, que passou



para 170 milhões quando o documento foi entregue na Assembleia Legislativa Regional.

A IL ameaçou chumbar a proposta de Orçamento, caso não fosse contem-

plada uma redução de “15 a 20 milhões de euros” e, durante o debate em plenário, uma das propostas de alteração, da coligação de Governo foi para reduzir o endividamento em 18 milhões de euros, pelo que o endividamento final para 2022 se situou nos 152 milhões de euros.

Nuno Barata notou que a meta para o Orçamento de 2023 “é o endividamento zero”.

“É uma das duas linhas vermelhas que a IL tem e não permite qualquer tipo de ultrapassagem, sem chantagem”, observou.

Questionado sobre a possibilidade de ficarem por fazer obras estruturantes na Região perante esse endividamento zero, Nuno Barata indicou que “as obras estruturantes de que os Açores necessitam já estão feitas”.

“Se for preciso reduzir no investimento público, que seja aí que se reduz para poupar. Cada euro contraído de dívida hoje, é mais um euro de dívida para as gerações futuras pagar”, notou.

De acordo com o parlamentar da IL, a “outra linha vermelha” para o Orçamento de 2023 diz respeito à privatização da Azores Airlines, a empresa do Grupo SATA responsável pelos voos de e para

o exterior do arquipélago.

“É um passivo enorme. A empresa tem demonstrado que quanto mais trabalha, mais prejuízos tem. Não faz sentido, numa região com estas dificuldades financeiras, uma empresa que se traduz em prejuízo para a Região”, defendeu.

“Foi-nos dito que o PSD e o Governo iam tentar acomodar estas preocupações”, acrescentou.

Nuno Barata admitiu que a IL está preocupada com a “escalada inflacionária”, pelo que o Orçamento “deve ter algumas preocupações sociais nesse sentido”.

“Mas, é preciso perceber ainda a capacidade da Região em mitigar esta escalada inflacionária. Nem se sabe ainda quais as suas origens, nem quanto tempo vai durar. Não será só certamente pela guerra na Ucrânia. O Presidente do Governo deu a garantia de que a Região vai olhar para os mais fracos, olhar para os que mais precisam de ser acudidos, sobretudo as famílias”, disse.

Para o deputado, é preciso “garantir o equilíbrio para não aumentar endividamento”.

“Se for preciso cortar, que haja menos investimento público”, sustentou.